

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	36.292
Preferenciais	0
Total	36.292
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	57.144	52.255
1.01	Ativo Circulante	3.438	4.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	761
1.01.01.01	Caixa e bancos	0	2
1.01.01.02	Aplicações financeiras	2	759
1.01.03	Contas a Receber	1.705	1.637
1.01.03.01	Clientes	1.705	1.637
1.01.06	Tributos a Recuperar	948	1.107
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	948	1.107
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	783	798
1.01.08.03	Outros	783	798
1.01.08.03.03	Outros créditos	783	798
1.02	Ativo Não Circulante	53.706	47.952
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.700	47.938
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	53.700	47.938
1.02.01.09.05	Contas a receber em operações securitizadas	53.700	47.938
1.02.03	Imobilizado	6	14
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6	14

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	57.144	52.255
2.01	Passivo Circulante	1.566	1.591
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30	49
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30	49
2.01.02	Fornecedores	1.536	1.542
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.536	1.542
2.02	Passivo Não Circulante	20.835	15.634
2.02.02	Outras Obrigações	20.835	15.634
2.02.02.02	Outros	20.835	15.634
2.02.02.02.03	Assunção de dívida a pagar	694	449
2.02.02.02.05	Contas a pagar em operações securitizadas	20.102	14.948
2.02.02.02.06	Provisões para contingência	39	233
2.02.02.02.07	Outras obrigações	0	4
2.03	Patrimônio Líquido	34.743	35.030
2.03.01	Capital Social Realizado	37.380	37.380
2.03.01.01	Capital Social	37.380	37.380
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.637	-2.350

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	-2	63	-9	138
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11	-39	9	-18
3.03	Resultado Bruto	-13	24	0	120
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-291	-393	6	-109
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29	-131	-22	-113
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-27	-123	-19	-105
3.04.02.02	Depreciações/Amortizações	-2	-8	-3	-8
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-262	-262	28	4
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-17	-51	-3	-21
3.04.05.02	Outras	-245	-211	31	25
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-304	-369	6	11
3.06	Resultado Financeiro	6	82	2	8
3.06.01	Receitas Financeiras	6	82	2	9
3.06.02	Despesas Financeiras	0	0	0	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-298	-287	8	19
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	4	1
3.08.01	Corrente	0	0	4	1
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-298	-287	12	20
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-298	-287	12	20
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00821	-0,00791	0,00033	0,00055
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00821	-0,00791	0,00033	0,00055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-298	-287	12	20
4.03	Resultado Abrangente do Período	-298	-287	12	20

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-759	10
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-184	10
6.01.01.01	Prejuízo/ Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-287	19
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	8	8
6.01.01.05	Provisão para Contingências	51	2
6.01.01.06	Outros	44	-19
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-575	0
6.01.02.01	Impostos a recuperar	150	0
6.01.02.02	Contas a Receber	-68	-159
6.01.02.03	Contas a Receber em Operações Securitizadas	-5.762	-3.153
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-54	0
6.01.02.09	Contas a Pagar em Operações Securitizadas	5.399	3.372
6.01.02.15	Outras Movimentações	-234	-88
6.01.02.16	Fornecedores	-6	28
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-759	10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	761	746
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	756

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.380	0	0	-2.350	0	35.030
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.380	0	0	-2.350	0	35.030
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-287	0	-287
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-287	0	-287
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.380	0	0	-2.637	0	34.743

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	37.380	0	0	-2.333	0	35.047
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	37.380	0	0	-2.333	0	35.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20	0	20
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20	0	20
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	37.380	0	0	-2.313	0	35.067

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	70	161
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	70	161
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-373	-98
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-39	-18
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-123	-105
7.02.04	Outros	-211	25
7.03	Valor Adicionado Bruto	-303	63
7.04	Retenções	-8	-8
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8	-8
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-311	55
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	82	9
7.06.02	Receitas Financeiras	82	9
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-229	64
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-229	64
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	58	43
7.08.02.01	Federais	58	35
7.08.02.03	Municipais	0	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	1
7.08.03.03	Outras	0	1
7.08.03.03.01	Despesas Bancárias	0	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-287	20
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-287	20

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial (“Companhia”) apresenta o relatório da administração em conjunto com as Informações Trimestrais e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, referente ao período findo em 30 de setembro de 2021.

1. Contexto operacional

A Companhia possui seus valores mobiliários negociados no mercado de balcão não organizado. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-005, na Cidade e Estado de São Paulo.

A PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial, (“Companhia”) tem como objeto social as seguintes atividades:

(i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (hedge) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia opera substancialmente com CRIs de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial (“PDG”). Dessa forma, quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis imobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs.

O ajuizamento da Recuperação Judicial (“RJ”) da controladora PDG ensejou o vencimento antecipado das operações financeiras de todo o Grupo PDG, incluindo as da Companhia. Dessa forma, o ajuizamento da Recuperação Judicial da Companhia também é necessário para a implementação organizada do Processo de Reestruturação do Grupo PDG.

A decisão judicial de deferimento da RJ, dentre outras providências, determinou a nomeação da PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para atuar como administradora Judicial no Processo de RJ e, a não inclusão no Plano de RJ dos passivos relacionados ao patrimônio separado – por já serem excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia.

Conforme Assembleia Geral de Credores realizada em 30 de novembro de 2017 o Plano de RJ foi aprovado e sua implementação já está sendo realizada.

Aditamento ao plano de Recuperação Judicial

A Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral em 11 de setembro de 2020, que as Companhias apresentaram nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado (“Aditamento ao PRJ”).

O Aditamento ao PRJ é proposto com o único objetivo de readequar o pagamento dos credores trabalhistas da PDG, sujeitos à Recuperação Judicial e que ainda não foram quitados, à perspectiva econômico-financeira da Companhia, de modo que as condições de pagamento dos demais credores concursais serão integralmente preservadas, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

Comentário do Desempenho

O Grupo PDG em complemento aos Fatos Relevantes publicados em 11 de setembro de 2020 e 23 de novembro de 2020, vêm informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial das Companhias e das demais empresas integrantes do seu grupo econômico (“Aditamento”), foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 30 de novembro de 2020. O Aditamento aprovado promove alterações exclusivamente nas condições de pagamento aplicáveis aos créditos trabalhistas do Grupo PDG, de modo que as condições de pagamento dos demais credores concursais permanecem integralmente preservadas, nos termos originalmente estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 14 de dezembro de 2020, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca de São Paulo homologou o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial das Companhias e das demais empresas integrantes do seu grupo econômico.

A Decisão Homologatória e o Aditamento estão disponíveis no site de relações com investidores das Companhias (<http://ri.pdg.com.br/>) e no site da CVM (<http://cvm.gov.br>)

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes, considerando o pedido de recuperação citado, para o desenvolvimento de suas atividades e cumprir com suas obrigações de curto em médio prazo.

(i) Encerramento do processo de RJ

Em 14 de outubro de 2021, cumprindo ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/76, e nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que, naquela data, o Juízo da 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial do Grupo PDG (Nota Explicativa nº 18).

A RJ foi, portanto, concluída com êxito, proporcionando ao Grupo PDG a manutenção da normalidade operacional em bases sólidas, a superação da crise e condições para dar continuidade ao pagamento do saldo do passivo concursal e retomar o plano de crescimento.

2. Administração

A Administração da Companhia está composta em 30 de setembro de 2021, pelos membros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Nome	Cargo ocupado
Augusto Alves dos Reis Neto	Presidente do Conselho de Administração
Augusto Alves dos Reis Neto	Diretor de Relações com Investidores
Renato Barboza	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Roberto Giarelli	Diretor sem designação específica
Caio Augusto Bento	Membro efetivo do Conselho de Administração

3. Política de investimentos

A política de investimentos para o exercício está voltada para o aproveitamento das oportunidades de negócios dentre aqueles definidos no objeto social da Companhia.

4. Outras informações - Relacionamento com Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados.

Comentário do Desempenho

Com o objetivo de atender à Instrução CVM no. 381/2003, a Companhia informa que a PP&C Auditores Independentes S/S, prestadora de serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa no período findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

A Administração

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial

Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2021

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

a. Informações gerais

A sede social da PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, 6º andar – na Cidade e Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (*hedge*) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

Em 03 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aprovou o pedido de registro de Companhia aberta com o direito de negociar os valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão não organizado.

Quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis imobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs.

A Companhia opera substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial (“PDG”).

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantinha as seguintes emissões de CRIs em vigor:

Certificados de Recebíveis Imobiliários						Securitização de créditos oriundos	
CRI	Data de Emissão	Série	Emissão	Agente fiduciário	Instituição distribuidora	Contratos de recebíveis ou	Emissor dos créditos
						cédulas	
16F0078976	07/06/2016	28ª	1ª	GDC Partners DT VM	Banco Fibra	CCB	PDG Realty
15L0589791	15/12/2015	27ª	1ª	GDC Partners DT VM	Credit Suisse	CCB	PDG Realty
15I0188259	28/09/2015	26ª	1ª	GDC Partners DT VM	Banco BTG Pactual	CCB	CHL Desenvolvimento Imobiliário
14I0055096	05/09/2014	25ª	1ª	Oliveira Trust	Banco Fibra	CCB	PDG Realty
14I0055087	05/09/2014	24ª	1ª	GDC Partners	Banco Itaú BBA	CCB	PDG Realty
11L0015528	20/12/2011	15ª	1ª	GDC Partners	BB - Banco de Investimento	CCB	PDG Realty
11H0013027	12/08/2011	4ª	1ª	GDC Partners	Banco BTG	CCB	Investidas PDG
10I0001003	02/09/2010	3ª	2ª	GDC Partners	Banco Itaú BBA	CCB	Agra
10H0004065	05/08/2010	2ª	2ª	GDC Partners	Banco Itaú BBA	CCB	Greenville
11E0030386	31/05/2011	7ª	3ª	Pentágono	Banco BTG	CCB	PDG Realty
11C0000002	01/03/2011	5ª	3ª	Pentágono	Banco Itaú BBA	CCB	PDG Realty
10J0010501	14/10/2010	3ª	3ª	Pentágono	Banco Itaú BBA	CCB	Agra e Goldfarb

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

b. Recuperação judicial

A Companhia iniciou em agosto de 2015 um processo de reestruturação de dívidas de modo a preservar a sua capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes (“Processo de Reestruturação”).

Em linhas gerais o Processo de Reestruturação previa acordos para prorrogação de pagamentos de juros e amortização de principal, a concessão de novos financiamentos destinados a cobrir despesas gerais e administrativas do Grupo (PDG).

Em decorrência desta situação, em 22 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), em conjunto com as demais sociedades integrantes do Grupo (PDG), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005. Em 02 de março de 2017 o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em 30 de novembro de 2017 conforme Assembleia Geral de Credores realizada nessa data. Em 06 de dezembro, o Plano foi submetido e homologado perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Com a homologação, as dívidas foram centralizadas na controladora (PDG Realty), conforme condição definida no plano e, após as definições dos credores sobre as opções de liquidação de cada classe de dívida, apurou o valor correspondente dos valores a pagar para cada grupo de credores.

Os pagamentos realizados dentro do prazo estabelecido, ou seja, de 12 meses contados da publicação da decisão que homologou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, representam a conclusão de uma etapa fundamental do processo de Recuperação Judicial e um importante passo rumo à manutenção da normalidade operacional e à retomada do crescimento do Grupo (PDG).

Aditamento ao plano de Recuperação Judicial (“Aditamento ao PRJ”)

A Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, entre 11 de setembro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, a apresentação e homologação de uma proposta de aditamento ao plano de RJ, homologado inicialmente em 06 de dezembro de 2017.

O Aditamento ao PRJ, homologado em 14 de dezembro de 2020 na 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais, manteve o único objetivo de readequar o pagamento dos credores trabalhistas do Grupo (PDG), sujeitos à RJ e que ainda não foram quitados, à perspectiva econômico-financeira da Companhia, de modo que as condições de pagamento dos demais credores concursais continuam integralmente preservadas, nos termos estabelecidos no plano de RJ.

Assim, o Aditamento ao PRJ propõe a reestruturação dos créditos trabalhistas conforme condições segundo as quais a Companhia acredita ser possível assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante tais credores e, ao mesmo tempo, evitar o desequilíbrio econômico-financeiro, preservando a continuidade das atividades e a manutenção da normalidade operacional do Grupo (PDG).

O plano de RJ, seu aditamento e as decisões homologatórias estão disponíveis no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.pdg.com.br/>) e no site da CVM (<http://cvm.gov.br>).

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

(i) Encerramento do processo de RJ

Em 14 de outubro de 2021, cumprindo ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/76, e nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que, naquela data, o Juízo da 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial do Grupo PDG (Nota Explicativa nº 18).

A RJ foi, portanto, concluída com êxito, proporcionando ao Grupo PDG a manutenção da normalidade operacional em bases sólidas, a superação da crise e condições para dar continuidade ao pagamento do saldo do passivo concursal e retomar o plano de crescimento.

c. *Continuidade operacional*

A continuidade das operações da Companhia conforme inicialmente exposto nos autos do plano de RJ e comprovadamente mantida desde sua proposta, demonstra que o Grupo (PDG) reúne condições para superação da crise econômico-financeira vivenciada, sendo que a RJ se inseriu no contexto de uma série de medidas para buscar nosso efetivo soerguimento. Para que cada etapa desse objetivo continue sendo atingido, o redimensionamento de atividades do Grupo (PDG) continua sendo praticado e, aliado à nossa política de monitoramento constante sobre o fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo, nos dá certeza sobre o sucesso nos resultados a serem alcançados.

d. *COVID-19****Sobre as medidas adotadas pela Companhia face a Pandemia de COVID-19***

Desde o início da pandemia causada pelo Coronavírus, em março de 2020, a Administração da PDG tem monitorado de perto os desdobramentos da pandemia, bem como tomado todas as medidas mitigatórias possíveis, buscando preservar ao máximo seus colaboradores e prestadores de serviço, além de ações visando à manutenção dos empregos e a continuidade da operação da Companhia.

As principais ações tomadas pela Companhia para reduzir o impacto da pandemia sobre a saúde dos colaboradores foram:

(i) Intensificação da limpeza e sanitização geral do escritório; (ii) Disponibilização de álcool gel em diversos locais da empresa, banheiros e salas de reunião; (iii) 100% dos colaboradores em home office desde março; (iv) Disponibilização de vacina contra gripe para os colaboradores e dependentes; (v) Acompanhamento diário com todos os colaboradores para identificação de algum caso confirmado ou suspeito de contaminação; (vi) Envio de comunicações internas com as práticas recomendadas pelo Ministério da Saúde para prevenção e cuidados com a saúde durante o Home Office; (vii) Disponibilização de manuais de acesso remoto e reuniões por videoconferência; (viii) Reuniões online do presidente com todos os colaboradores, visando manter o alinhamento em relação à operação da Companhia; (ix) Acompanhamento sobre a efetividade do trabalho remoto, visando identificar ações de melhoria; (x) Implementação do Programa de Trabalho à Distância; (xi) diversos programas e palestras de incentivo à saúde física e mental, além da prática de exercícios, respeitando os limites recomendados pelos órgãos de saúde.

2. *Apresentação das informações trimestrais e principais políticas contábeis***a. *Informações Trimestrais e políticas contábeis***

Conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela CVM, e com base no julgamento e premissas adotados pela Administração acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgados em notas explicativas, estas informações trimestrais incluem notas explicativas selecionadas e não

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2021

contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício de 2020.

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e preparação dessas informações trimestrais, são os mesmos divulgados na nota 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício de 2020 e por isso recomendamos a leitura conjunta destas informações trimestrais e das referidas demonstrações anuais.

As informações trimestrais foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando ao preparar as informações financeiras intermediárias. As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 10 de novembro de 2021.

b. Atendimento à instrução CVM 414/04

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob-regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações na Nota explicativa nº 12(a).

Abaixo demonstramos os saldos dos ativos, passivos e resultado, da Companhia, antes e depois do patrimônio separado, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Saldo em 30/09/2021			Saldo em 31/12/2020		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.879	6.877	2	6.405	5.644	761
Contas a receber	1.705	-	1.705	1.637	-	1.637
Direitos creditórios adquiridos (nota 5.1)	2.362.522	2.362.522	-	2.051.950	2.051.950	-
Tributos correntes a recuperar	948	-	948	1.107	-	1.107
Outros créditos	783	-	783	798	-	798
Total circulante	2.372.837	2.369.399	3.438	2.061.897	2.057.594	4.303
Não circulante						
Contas a receber em operações securitizadas	53.700	-	53.700	47.938	-	47.938
Imobilizado	6	-	6	14	-	14
Total não circulante	53.706	-	53.706	47.952	-	47.952
Total do ativo	2.426.543	2.369.399	57.144	2.109.849	2.057.594	52.255

Notas Explicativas**PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial**
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021**PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação Judicial**Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	Saldo em 30/09/2021			Saldo em 31/12/2020		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Obrigações fiscais e trabalhistas	30	-	30	49	-	49
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Nota 5.2)	2.369.399	2.369.399	-	2.057.594	2.057.594	-
Fornecedores	1.536	-	1.536	1.542	-	1.542
Total do circulante	2.370.965	2.369.399	1.566	2.059.185	2.057.594	1.591
Não circulante						
Partes relacionadas	694	-	694	449	-	449
Contas a pagar em operações securitizadas	20.102	-	20.102	14.948	-	14.948
Provisões para contingências	39	-	39	233	-	233
Outras obrigações	-	-	-	4	-	4
Total do não circulante	20.835	-	20.835	15.634	-	15.634
Patrimônio líquido						
Capital social	37.380	-	37.380	37.380	-	37.380
Prejuízos acumulados	(2.637)	-	(2.637)	(2.350)	-	(2.350)
Total do patrimônio líquido	34.743	-	34.743	35.030	-	35.030
Total do passivo e patrimônio líquido	2.426.543	2.369.399	57.144	2.109.849	2.057.594	52.255

PDG Companhia Securitizadora - Em Recuperação JudicialDemonstrações de resultados dos exercícios findos em 30 de Setembro de 2021 e 30 de Setembro de 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	Saldo em 30/09/2021			Saldo em 30/09/2020		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Patrimônio da Companhia
Receita operacional líquida	63	-	63	138	-	138
Custos dos serviços prestados	(39)	-	(39)	(18)	-	(18)
Resultado Bruto	24	-	24	120	-	120
Despesas e receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(123)	-	(123)	(105)	-	(105)
Despesas tributárias	(51)	-	(51)	(21)	-	(21)
Depreciações/ amortizações	(8)	-	(8)	(8)	-	(8)
Outras despesas/ receitas operacionais	(18.824)	(18.613)	(211)	13.590	13.565	25
	(19.006)	(18.613)	(393)	13.456	13.565	(109)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(18.982)	(18.613)	(369)	13.576	13.565	11
Receitas e despesas financeiras						
Receitas financeiras	345.916	345.834	82	234.808	234.799	9
Despesas financeiras	(327.221)	(327.221)	-	(248.365)	(248.364)	(1)
	18.695	18.613	82	(13.557)	(13.565)	8
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(287)	-	(287)	19	-	19
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	1	-	1
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(287)	-	(287)	20	-	20
Quantidade de ações (em milhares)	36.292	-	36.292	36.292	-	36.292
(Prejuízo) lucro por Ação (básico e diluído)	(0,00791)	-	(0,00791)	0,00055	-	0,00055

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do período de acordo com a curva do CRI.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a saldos bancários e aplicações financeiras:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	-	2
Aplicações financeiras	2	759
Total	<u>2</u>	<u>761</u>

5. Contas a receber – Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)**5.1 Contas a receber**

Seguem abaixo, os certificados de recebíveis imobiliários, registrados nos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob regime fiduciário, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.b.

Emissão	Data de Início	Data de Término	Índice de correção %	30/09/2021	31/12/2020
1ª Emissão 4ª Série (i)	ago/11	out/23	CDI + 3,5%	894	776
1ª Emissão 15ª Série (i)	dez/11	jul/20	120% do CDI	434.173	385.672
1ª Emissão 24ª Série (i)	set/14	jul/20	TR + 12%	611.995	513.641
1ª Emissão 25ª Série (i) (ii)	set/14	jul/17	-	56.489	62.216
1ª Emissão 26ª Série (i)	set/15	mar/17	CDI + 5%	172.917	148.878
1ª Emissão 27ª Série (i)	dez/15	dez/18	CDI + 5%	559.252	480.530
1ª Emissão 28ª Série (i)	jun/16	jun/19	CDI + 5%	199.315	178.483
2ª Emissão 2ª Série (i)	ago/10	jul/20	TR + 12%	193.558	162.451
2ª Emissão 3ª Série (i)	set/10	jul/20	120% do CDI	81.974	72.858
3ª Emissão 3ª Série (i)	out/10	out/18	135 % CDI	4.724	4.231
3ª Emissão 5ª Série (i)	mar/11	mar/19	135 % CDI	23.551	21.242
3ª Emissão 7ª Série (i)	mai/11	jun/23	CDI +4%	23.680	20.972
				<u>2.362.522</u>	<u>2.051.950</u>

- (i) A Companhia realizou operações de securitização com lastro em Cédula de Créditos Imobiliários (“CCIs”) representativa de Cédula de Crédito Bancário (“CCBs”) emitidas por partes relacionadas da controladora PDG Realty (Nota 6.1).
- (ii) Em Julho de 2017 os juros remuneratórios da 25ª Série da 1ª Emissão foram suspensos até 31 de Dezembro de 2021 sem execução das garantias relacionadas.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

5.1.1 Movimentação dos saldos

Ativo - CCB	Saldo em 31/12/2020	Atualização Monetária	Recebimentos	Saldo em 30/09/2021
1ª Emissão 4ª Série	776	118	-	894
1ª Emissão 15ª Série	385.672	48.982	(481)	434.173
1ª Emissão 24ª Série	513.641	98.354	-	611.995
1ª Emissão 25ª Série	62.216	1.668	(7.395)	56.489
1ª Emissão 26ª Série	148.878	24.611	(572)	172.917
1ª Emissão 27ª Série	480.530	78.722	-	559.252
1ª Emissão 28ª Série	178.483	29.283	(8.451)	199.315
CCB - 1ª Emissão	1.770.196	281.738	(16.899)	2.035.035
2ª Emissão 2ª Série	162.451	31.107	-	193.558
2ª Emissão 3ª Série	72.858	13.787	(4.671)	81.974
CCB - 2ª Emissão	235.309	44.894	(4.671)	275.532
3ª Emissão 3ª Série	4.231	493	-	4.724
3ª Emissão 5ª Série	21.242	2.345	(36)	23.551
3ª Emissão 7ª Série	20.972	2.879	(171)	23.680
CCB - 3ª Emissão	46.445	5.717	(207)	51.955
Total	2.051.950	332.349	(21.777)	2.362.522

5.2 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs

Seguem abaixo as características de emissão, remuneração demonstrada referente às emissões de CRIs, registradas nos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob-regime fiduciário, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.b. Os CRIs encontram-se totalmente negociados.

Emissão	Data emissão	Data término amortização	Valor unitário (emissão)	Quantidade	Juros ao ano	30/09/2021	31/12/2020
1ª Emissão 4ª Série (i)	ago/11	out/23	300	2	CDI + 3,5%	894	776
1ª Emissão 15ª Série (i)	dez/11	jul/20	83.333	3000	120% do CDI	438.251	389.298
1ª Emissão 24ª Série (i)	set/14	jul/20	1.000	150	TR + 12%	611.995	513.641
1ª Emissão 25ª Série (i)	set/14	jul/17	300	375	-	56.846	62.446
1ª Emissão 26ª Série (i)	set/15	mar/17	1.000	100	CDI + 5%	173.492	149.071
1ª Emissão 27ª Série (i)	dez/15	dez/18	1.000	170	CDI + 5%	559.252	480.530
1ª Emissão 28ª Série (i)	jun/16	jun/19	300	303	CDI + 5%	199.315	178.483
2ª Emissão 2ª Série (i)	ago/10	jul/20	1.000	89	TR + 12%	193.558	162.451
2ª Emissão 3ª Série (i)	set/10	jul/20	1.000	111	120% CDI	82.439	73.099
3ª Emissão 3ª Série (i)	out/10	out/18	300	9	135 % CDI	4.749	4.256
3ª Emissão 5ª Série (i)	mar/11	mar/19	300	35	135 % CDI	24.665	22.416
3ª Emissão 7ª Série (i)	mai/11	jun/23	300	36	CDI + 4%	23.943	21.127
Total						2.369.399	2.057.594

(i) – As movimentações de baixas ocorridas nas emissões indicadas estão detalhadas na nota explicativa “5.2.1”

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

5.2.1 Movimentação dos saldos

Passivo - CRI	Saldo em 31/12/2020	Atualização Monetária	Saldo em 30/09/2021
1ª emissão 4ª série	776	118	894
1ª emissão 15ª série	389.298	48.953	438.251
1ª emissão 24ª série	513.641	98.354	611.995
1ª emissão 25ª série	62.446	(14)	56.846
1ª emissão 26ª série	149.072	24.421	173.493
1ª emissão 27ª série	480.530	78.722	559.252
1ª emissão 28ª série	178.483	29.283	199.315
CRI 1ª Emissão	1.774.246	279.837	2.040.046
2ª emissão 2ª série	162.451	31.107	193.558
2ª emissão 3ª série	73.099	9.340	82.439
CRI 2ª Emissão	235.550	40.447	275.997
3ª emissão 3ª série	4.256	493	4.749
3ª emissão 5ª série	22.416	2.249	24.665
3ª emissão 7ª série	21.127	2.816	23.943
CRI 3ª Emissão	47.799	5.558	53.357
	2.057.595	325.842	2.369.400
Passivo - Despesas a Apropriar			
1ª emissão 26ª série	(1)	-	(1)
Total	2.057.594	325.842	2.369.399

5.2.2 Cronograma de amortização

Amortizações	Principal		Juros	
	Periodicidade	Início	Periodicidade	Início
1ª Emissão 4ª Série	Única	out/23	Semestral	abr/12
1ª Emissão 15ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
1ª Emissão 24ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
1ª Emissão 25ª Série	Única	jul/17	Única	jul/17
1ª Emissão 26ª Série	Única	mar/17	Única	mar/17
1ª Emissão 27ª Série	Semestral	jun/17	Semestral	jun/17
1ª Emissão 28ª Série	Única	jun/19	Única	jun/19
2ª Emissão 2ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
2ª Emissão 3ª Série	Única	jul/20	Única	jul/20
3ª Emissão 3ª Série	Única	out/18	Semestral	abr/11
3ª Emissão 5ª Série	Única	mar/19	Semestral	set/11
3ª Emissão 7ª Série	Única	jun/23	Semestral	dez/11

Os CRIs foram emitidos sob o regime fiduciário e estão lastreados por créditos imobiliários e vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, e controlados individualmente por emissão. O acompanhamento desses CRIs é efetuado por agentes fiduciários, legitimados a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

5.2.3 Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) de dívidas tomadas com Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”)

As emissões de CRI possuem cláusulas restritivas, na qual o não cumprimento de qualquer obrigação das Emitentes e/ou Avalistas e de outros itens não financeiros, acarreta no direito dos Credores exigirem o vencimento antecipado das Emissões. Com isso a Companhia compromete-se a notificar as emitentes quanto à deliberação dos Credores.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

A PDG Realty S.A Empreendimentos Imobiliários - Em Recuperação Judicial emitente da 27ª Série da 1ª Emissão, 28ª Série da 1ª Emissão, 24ª Série da 1ª Emissão, 15ª Série da 1ª Emissão, 4ª Série da 1ª Emissão, 3ª Série da 1ª Emissão, 5ª Série da 3ª Emissão, 7ª Série da 3ª Emissão, 2ª Série da 2ª Emissão e 3ª Série da 2ª Emissão e Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. emitentes da 3ª Série da 3ª Emissão não cumpriram as cláusulas restritivas na data de seus vencimentos.

O pedido de recuperação judicial, apresentado em 22 de fevereiro de 2017 pelo Grupo (PDG), também fez com que todas as dívidas que possuíam este Covenants de restrição à recuperação judicial, apresentassem vencimento antecipado.

Em virtude desta situação, a Companhia seguiu a orientação da regra contábil definida no CPC 26 e efetuou a reclassificação dos montantes envolvidos, para o ativo circulante e passivo circulante em seu patrimônio separado.

6. Operações com partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram efetuadas as seguintes operações com sociedades ligadas e acionistas:

a. Créditos e débitos com partes relacionadas

Referem-se a saldos a receber e a pagar com a PDG Realty e suas empresas controladas oriundos, principalmente, das operações de securitização, assunção de dívida com a controladora referente aos credores da recuperação judicial da Companhia e adiantamentos para futuro aumento de capital.

b. Contas a receber

Refere-se a prestação de serviços de intermediação, assessoria e gestão financeira nas operações de cessão de recebíveis praticadas para controladora.

Os valores são assim demonstrados:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Contas a receber (6.b)	1.705	1.637
Contas a receber em operações securitizadas (6.a)	53.700	47.938
	<u>55.405</u>	<u>49.575</u>
Passivo		
Assunção de dívidas a pagar (6.a)	694	449
Contas a pagar em operações securitizadas (6.a)	20.102	14.948
	<u>20.796</u>	<u>15.397</u>
Total	<u>34.609</u>	<u>34.178</u>

6.1 Operações de compra e venda de recebíveis imobiliários

A Companhia intermedia operações de compra de recebíveis imobiliários junto a sua controladora PDG Realty e suas controladas. A Companhia não outorga nenhum tipo de garantia nas operações de securitização.

A Companhia realizou operações de securitização com lastro em CCI representativa de CCB emitidas por partes relacionadas. Essas CCBs encontram-se registradas contabilmente, na rubrica “Direitos creditórios”, nos respectivos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob-regime fiduciário, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Ativo - CCB	Saldo em 31/12/2020	Recebimento	Atualização Monetária	Saldo em 30/09/2021
1ª Emissão 4ª Série	776	-	118	894
1ª Emissão 15ª Série	385.672	(481)	48.982	434.173
1ª Emissão 24ª Série	513.641	-	98.354	611.995
1ª Emissão 25ª Série	62.216	(7.395)	1.668	56.489
1ª Emissão 26ª Série	148.878	(572)	24.611	172.917
1ª Emissão 27ª Série	480.530	-	78.722	559.252
1ª Emissão 28ª Série	178.483	(8.451)	29.283	199.315
CCB 1ª Emissão	1.770.196	(16.899)	281.738	2.035.035
2ª Emissão 2ª Série	162.451	-	31.107	193.558
2ª Emissão 3ª Série	72.858	(4.671)	13.787	81.974
CCB 2ª Emissão	235.309	(4.671)	44.894	275.532
3ª Emissão 3ª Série	4.231	-	493	4.724
3ª Emissão 5ª Série	21.242	(36)	2.345	23.551
3ª Emissão 7ª Série	20.972	(171)	2.879	23.680
CCB 3ª Emissão	46.445	(207)	5.717	51.955
Total	2.051.950	(21.777)	332.349	2.362.522

7. Imobilizado**a. Movimentação dos ativos imobilizados**

Direito de uso	Custo	Depreciação	Total
Saldo em 31/12/2019	32	(8)	24
. Baixas	-	(10)	(10)
Saldo em 31/12/2020	32	(18)	14
. Baixas	-	(8)	(8)
Saldo em 30/09/2021	32	(26)	6

8. Remuneração dos administradores

O limite de remuneração da diretoria e dos Administradores da Companhia para o ano de 2021 foi fixado em até R\$ 1.000. (Em 2020 R\$ 1.000)

9. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais de natureza trabalhista, fiscal e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Natureza - Perda Provável	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	-	187
Fiscal	39	39
Cíveis	-	7
Total	39	233
Parcela não circulante	39	233
Total	39	233

10. Imposto de renda e contribuição social

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia não apresentou lucro tributável, para imposto de renda e contribuição social. (Em 30/09/2020, lucro tributável de R\$ 19).

11. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 30 de setembro de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 37.380 (Em 31/12/2020 R\$ 37.380). O capital social está representado por 36.292.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (hum Real).

b. Dividendos mínimos obrigatórios e destinação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07), o lucro líquido do exercício, quando disponível, após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal e após a compensação de eventuais prejuízos acumulados, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios.

c. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não existem fatores de diluição em 30 de setembro de 2021, fazendo com que o resultado por ação diluído ficasse o mesmo que o cálculo básico de lucro por ação. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos por ação:

	30/09/2021	30/09/2020
(Prejuízo) lucro por Ação básico		
(Prejuízo) lucro líquido disponível para as ações ordinárias	(287)	20
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	36.292
(Prejuízo) lucro do exercício por ação (em R\$) – básico	(0,00791)	0,00055
(Prejuízo) lucro por Ação diluído		
(Prejuízo) lucro líquido disponível para as ações ordinárias	(287)	20
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	36.292
(Prejuízo) lucro do período por ação (em R\$) – diluído	(0,00791)	0,00055

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e bancos e aplicações em CDB, em condições normais de mercado, estando reconhecido pelos critérios descritos na Nota explicativa nº 3, divulgadas nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020.

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Nota	30/09/2021	31/12/2020	Classificação IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	761	Custo amortizado
Contas a receber	6b	1.705	1.637	Custo amortizado
Contas a receber em operações securitizadas	6b	53.700	47.938	Custo amortizado
Total dos ativos financeiros		55.407	50.336	
Passivos financeiros				
Fornecedores		1.536	1.542	Custo amortizado
Partes relacionadas	6b	694	449	Custo amortizado
Contas a pagar em operações securitizadas	6b	20.102	14.948	Custo amortizado
Total dos passivos financeiros		22.332	16.939	

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos na data do balanço, representados substancialmente por aplicações financeiras, contas a receber e obrigações por emissão de créditos de recebíveis imobiliários se aproximam dos seus valores de mercado estimados, dado que a maior parte das operações é pós-fixadas.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo.

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia confirma não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Seguem abaixo as considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Até o momento a Companhia não identificou tais riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de exigências previstas em contratos de CRI.

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, estabelece que as Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelos CRIs - Certificados de Recebíveis Imobiliários e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Companhia. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicam igualmente efeitos compensáveis, não gerando efeito no resultado da Companhia.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando suas operações em instituições financeiras de primeira linha.

Considerando o cenário descrito, a Companhia não apresenta para o período findo em 30 de setembro de 2021 o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Informações complementares acerca da emissão de CRI

Em atenção ao disposto no artigo 3º da Instrução da CVM nº 414/04, seguem os dados relativos à: (a) aquisição, retrocessão, pagamento e inadimplência dos créditos vinculados à emissão dos CRI emitidos; (b) classificação de risco dos CRI emitidos a que se refere o §7º do artigo 7º da referida Instrução, se for o caso; e (c) balanço patrimonial sintético por emissão de CRI sob-regime fiduciário.

a. Aquisição, retrocessão, pagamento e inadimplência relacionados aos créditos vinculados à emissão de CRI.

(i) Aquisição:

Até o período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou as seguintes emissões de CRI:

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Código emissor	CRI	Emissão	Série	Data de Emissão
8711401	11H0012972	1ª Emissão	3ª Série	12/08/2011
8711401	11H0013027	1ª Emissão	4ª Série	12/08/2011
8711401	11L0015528	1ª Emissão	15ª Série	20/12/2011
8711401	14I0055087	1ª Emissão	24ª Série	05/09/2014
8711401	14I0055096	1ª Emissão	25ª Série	05/09/2014
8711401	15I0188259	1ª Emissão	26ª Série	28/09/2015
8711401	15L0589791	1ª Emissão	27ª Série	15/12/2015
8711401	16F0078976	1ª Emissão	28ª Série	07/06/2016
8711401	10H0004065	2ª Emissão	2ª Série	05/08/2010
8711401	10I0001003	2ª Emissão	3ª Série	02/09/2010
8711401	10J0010501	3ª Emissão	3ª Série	14/10/2010
8711401	11C0000002	3ª Emissão	5ª Série	01/03/2011
8711401	11E0030386	3ª Emissão	7ª Série	31/05/2011

(ii) Retrocessão

Não ocorreram recompras nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(iii) Pagamento de principal e juros

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou os seguintes pagamentos de operações vinculadas às emissões de CRI:

Emissão	30/09/2021		31/12/2020	
	Principal	Juros	Principal	Juros
1ª Emissão 3ª Série	-	-	-	313
1ª Emissão 15ª Série	-	-	9.475	-
1ª Emissão 25ª Série	5.258	328	3.632	-
2ª emissão 3ª Série	-	-	876	6.293
3ª Emissão 3ª Série	-	-	-	186
3ª Emissão 7ª Série	-	-	-	213
Total	5.258	8.780	13.983	7.005

Relatórios de classificação de risco dos CRI emitidos

Em 17 de Junho de 2016 foi realizada assembleia geral dos titulares dos CRI da 15ª Série 1ª Emissão, na qual foi dispensado definitivamente o cumprimento da obrigação de manutenção de “rating” corporativo igual ou superior a “A” emitido pelas principais agências classificadoras.

Portanto, para todos os CRI emitidos pela Companhia não há nenhum requerimento para que sejam elaborados relatórios de classificação de risco.

b. Balanço patrimonial sintético por emissão

Para elaboração do balanço sintético por emissão de CRI foram utilizados os mesmos critérios estabelecidos pela Lei 9.514 de 1997, e não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir, destacamos os balanços sintéticos por emissão em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Balanco sintético em 30 de setembro de 2021.

ATIVO	Nota	1ª Emissão 4ª Série	1ª Emissão 15ª Série	1ª Emissão 24ª Série	1ª Emissão 25ª Série	1ª Emissão 26ª Série	1ª Emissão 27ª Série
Circulante							
Banco		-	4.078	-	357	180	-
Aplicações financeiras		-	-	-	-	395	-
Direitos creditórios	5.1	894	434.173	611.995	56.489	172.917	559.252
Total		894	438.251	611.995	56.846	173.492	559.252
Total Ativo		894	438.251	611.995	56.846	173.492	559.252
PASSIVO							
Circulante							
Emissão CRI.	5.2.1	894	438.251	611.995	56.846	173.493	559.252
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	(1)	-
Total		894	438.251	611.995	56.846	173.492	559.252
Total Passivo		894	438.251	611.995	56.846	173.492	559.252

Continuação do balanço sintético de 30 de setembro de 2021.

ATIVO	Nota	1ª Emissão 28ª Série	2ª Emissão 3ª Série	2ª Emissão 2ª Série	3ª Emissão 3ª Série	3ª Emissão 5ª Série	3ª Emissão 7ª Série	Total Emissão
Circulante								
Banco		-	382	-	-	-	43	5.040
Aplicações financeiras		-	83	-	25	1.114	220	1.837
Direitos creditórios	5.1	199.315	81.974	193.558	4.724	23.551	23.680	2.362.522
Total		199.315	82.439	193.558	4.749	24.665	23.943	2.369.399
Total Ativo		199.315	82.439	193.558	4.749	24.665	23.943	2.369.399
PASSIVO								
Circulante								
Emissão CRI.	5.2.1	199.315	82.439	193.558	4.749	24.665	23.943	2.369.400
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	-	-	(1)
Total		199.315	82.439	193.558	4.749	24.665	23.943	2.369.399
Total Passivo		199.315	82.439	193.558	4.749	24.665	23.943	2.369.399

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

Balanço sintético em 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	Nota	1ª Emissão 4ª Série	1ª Emissão 15ª Série	1ª Emissão 24ª Série	1ª Emissão 25ª Série	1ª Emissão 26ª Série	1ª Emissão 27ª Série
Circulante							
Banco		-	3.626	-	230	-	-
Aplicações financeiras		-	-	-	-	193	-
Direitos creditórios	5.1	776	385.672	513.641	62.216	148.878	480.530
Total		776	389.298	513.641	62.446	149.071	480.530
Total Ativo		776	389.298	513.641	62.446	149.071	480.530
PASSIVO							
Circulante							
Emissão CRI.	5.2.1	776	389.298	513.641	62.446	149.072	480.530
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	(1)	-
Total		776	389.298	513.641	62.446	149.071	480.530
Total Passivo		776	389.298	513.641	62.446	149.071	480.530

Continuação do balanço sintético de 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	Nota	1ª Emissão 28ª Série	2ª Emissão 3ª Série	2ª Emissão 2ª Série	3ª Emissão 3ª Série	3ª Emissão 5ª Série	3ª Emissão 7ª Série	Total Emissão
Circulante								
Banco		-	241	-	25	30	15	4.167
Aplicações financeiras		-	-	-	-	1.144	140	1.477
Direitos creditórios	5.1	178.483	72.858	162.451	4.231	21.242	20.972	2.051.950
Total		178.483	73.099	162.451	4.256	22.416	21.127	2.057.594
Total Ativo		178.483	73.099	162.451	4.256	22.416	21.127	2.057.594
PASSIVO								
Circulante								
Emissão CRI.	5.2.1	178.483	73.099	162.451	4.256	22.416	21.127	2.057.595
Despesas a apropriar	5.2.1	-	-	-	-	-	-	(1)
Total		178.483	73.099	162.451	4.256	22.416	21.127	2.057.594
Total Passivo		178.483	73.099	162.451	4.256	22.416	21.127	2.057.594

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
 Informações trimestrais em
 30 de setembro de 2021

13. Receita operacional líquida

Segue a abertura da receita operacional líquida nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020.

	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2020	01/01/2020
	a	a	a	a
	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020
Receita bruta de serviços prestados	-	70	-	161
(-) Deduções da receita	(2)	(7)	(9)	(23)
Resultado bruto	(2)	63	(9)	138

14. Custos dos serviços prestados

Segue a abertura dos custos dos serviços prestados nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020.

	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2020	01/01/2020
	a	a	a	a
	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020
Serviços de terceiros	(11)	(38)	9	(18)
Aluguel e condomínio	-	(1)	-	-
Total	(11)	(39)	9	(18)

15. Despesas operacionais

	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2020	01/01/2020
	a	a	a	a
	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020
Gastos com publicação	-	(59)	-	(55)
Outras despesas administrativas	(27)	(64)	(19)	(50)
	(27)	(123)	(19)	(105)
Despesas tributárias	(17)	(51)	(3)	(21)
Depreciação/ amortização	(2)	(8)	(3)	(8)
Outras receitas e despesas	(245)	(211)	31	25
Outras	(264)	(270)	25	(4)
Total	(291)	(393)	6	(109)

16. Resultado financeiro

	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2020	01/01/2020
	a	a	a	a
	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2020
Receitas Financeiras				
Variação monetária, juros e multas	6	82	2	9
	6	82	2	9
Despesas Financeiras				
Despesas bancárias	-	-	-	(1)
	-	-	-	(1)
Total	6	82	2	8

Notas Explicativas

PDG Companhia Securitizadora – Em recuperação judicial
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2021

17. Cobertura de seguros

A Companhia não possuía seguros contratados nos exercícios findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

18. Eventos subsequentes**Encerramento da Recuperação Judicial**

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, através de fato relevante, informou aos seus acionistas e ao mercado que, em 13 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial das Companhias e suas controladas (“Grupo PDG”), que tramita sob o nº 1016422-34.2017.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”).

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005 e reconheceu que o Grupo PDG cumpriu todas as obrigações previstas no plano de RJ e seu aditamento, que venceram durante o período de supervisão judicial iniciado a partir da data da concessão da Recuperação Judicial, em 06.12.2017.

A Recuperação Judicial foi, portanto, concluída com êxito, proporcionando à Companhia a manutenção da normalidade operacional em bases sólidas, a superação da crise e condições para dar continuidade ao pagamento do saldo do passivo concursal e retomar o plano de crescimento.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento dos assuntos objeto do fato relevante e destaca que a íntegra do mesmo e da sentença de encerramento da Recuperação Judicial está disponível no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.pdg.com.br/>) e no site da CVM (<http://cvm.gov.br>).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PDG Companhia Securitizadora – em recuperação judicial
São Paulo - SP

INTRODUÇÃO

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias da PDG Companhia Securitizadora – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

CONCLUSÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b, o plano de recuperação judicial da Companhia e de sua Controladora, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - em recuperação judicial, foi majoritariamente aprovado em assembleia de credores realizada no dia 30 de novembro de 2017 e homologado em 6 de dezembro de 2017 pelo juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados a Arbitragem da Comarca de São Paulo. Conforme nota explicativa nº 18 de Eventos Subsequentes, em 14 de outubro de 2021, a Companhia, através de fato relevante, informou aos seus acionistas e ao mercado que, em 13 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial das Companhias e suas controladas. Eventuais alterações em valor, reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento, ainda podem ocorrer após o julgamento das impugnações e agravos em curso, os quais devem ser concluídos após as reuniões de conciliações a serem agendadas em juízo, bem como da inclusão de determinados credores que não foram previamente considerados no plano de recuperação judicial.

Não obstante essas circunstâncias, em conjunto com as menções contidas na nota explicativa nº 5.2.3, sobre emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) contidos no patrimônio separado apresentarem cláusulas restritivas (Covenants) relativas à recuperação judicial, além daquelas contidas na nota explicativa nº 1(a), que versa sobre a Companhia operar substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua Controladora, tanto que demonstra relevante dependência de sua Controladora. Dessa forma reflete dúvida significativa de como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia de sua Controladora ou por meio de venda de parte ou de todos os ativos da Controladora. Para garantir a continuidade operacional da Companhia e de sua Controladora, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - em recuperação judicial, a Administração vem empregando esforços para cumprir as ações propostas e renegociações de dívidas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias. As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as informações contábeis intermediárias tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa conclusão não está ressalvada em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de setembro 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, foi conduzido sob a nossa responsabilidade, sendo que emitimos o relatório de auditoria em 12 de novembro de 2020 e 23 de março de 2021 respectivamente, com abstenção de conclusão e abstenção de opinião respectivamente, devido à ao fato de não termos obtidos evidências de auditoria suficientes que suportasse quando ao pressuposto de continuidade e se a base de elaboração das demonstrações financeiras eram apropriadas, naquelas datas bases.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG COMPANHIA SECURITIZADORA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.973/0001-53 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO
Diretor de Relações com Investidores

ROBERTO GIARELLI
Diretor sem Designação Específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaro, na qualidade de diretor responsável por fazer elaborar as demonstrações financeiras da PDG COMPANHIA SECURITIZADORA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.973/0001-53 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revii, discuti e concordo com o parecer positivo (sem ressalvas) dos auditores independentes (PP&C Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2021 (o "Parecer").

Quanto ao parágrafo sobre incerteza relevante, relacionado a continuidade operacional da Companhia, discordo sobre a possibilidade de não continuidade, pelas seguintes razões:

1. A Companhia encontra-se em fase final de recuperação judicial, com seu plano e aditamento aprovados pelos credores da Companhia em novembro de 2017 e dezembro de 2020, respectivamente.
2. A Companhia está seguindo as fases previstas no Plano de Recuperação e cumpriu, até o momento, integralmente os pagamentos previstos, estando em dia com todas as suas obrigações.
3. Sobre as incertezas na continuidade operacional da Companhia em razão de possíveis alterações no Plano de Recuperação, por conta de valor, reclassificações dos credores entre classes de dívida e/ou opção de pagamento após o julgamento de impugnações e agravos em curso, bem como a possível inclusão de determinados credores que não foram previamente considerados na relação de credores, a Companhia esclarece que está previsto um procedimento de conciliação para análise de impugnações de crédito apresentadas por determinados credores, o qual, em conjunto com o julgamento das impugnações em si, poderão gerar alterações exclusivamente à relação de credores da Companhia incluídos no Plano de Recuperação. Contudo o referido procedimento, bem como as impugnações em curso não tem o propósito ou o condão seja de alterar o Plano de Recuperação, seja de invalidá-lo ou interrompido.
4. Portanto, o Plano de Recuperação encontra-se atualmente com plena eficácia. As várias medidas nele previstas, tais como (i) o aumento de capital; (ii) o pagamento dos créditos em espécie, e (iii) pagamento com dações de ativos, foram realizados com sucesso junto aos credores do plano. Destacamos que até o final do período encerrado em 30 de setembro de 2021, realizamos o pagamento de R\$ 639,1 milhões através de dações em ativos e pagamentos com recursos próprios – além de R\$ 369,0 através de pagamento com ações da Companhia.
5. Assim, entendemos por relevante ressaltar que, o Grupo PDG já quitou até 30 de setembro de 2021, mais de R\$ 639 milhões em dívidas concursais, ou seja, dívidas que foram reestruturadas dentro do Plano de Recuperação, sem a necessidade de liquidação total de seus ativos. Também é relevante destacar que o saldo restante da dívida está concentrado em 3% para realização no curtíssimo prazo, também a ser quitado com recursos provenientes das nossas operações e entrega de ações da Companhia, e 97% para longuíssimo (entre 10 e 20 anos) prazo.
6. As dívidas bancárias remanescentes (extraconcursais), ou seja, parcelas que não foram reestruturadas dentro do plano inicial de RJ continuam sendo renegociadas individualmente com cada credor e estão na sua quase totalidade suportadas por garantias envolvendo os ativos do Grupo PDG. Temos a estimativa que estas dívidas continuem sendo quitadas, à medida que os ativos dados em garantia gerem fluxo de caixa nas suas operações ou, na situação de falta de geração de caixa, sejam liquidadas ou amortizadas com a execução ou dação das garantias existentes. Numa situação de saldo excedente de dívida, frente às garantias, os credores terão a opção de liquidá-los nas condições previstas no plano de RJ e conforme condições aplicadas aos credores quirografários, onde a condição de pagamento seria somada aos atuais 97% do saldo atual, concursal, e na mesma previsão de vencimento (entre 10 e 20 anos).
7. Com base na Projeção de Caixa para os próximos 5 anos, avaliada pelos auditores, verifica-se que, para a retomada operacional e condução das atividades da Cia, não se fará necessária a liquidação total dos ativos da Companhia, reforçando a percepção desta Administração quanto à sua continuidade operacional.

Desta forma, considerando o acima, apesar de respeitarmos a opinião do auditor, discordamos de que existem incertezas significativas, que sejam do nosso conhecimento, desde o início da implementação do Plano de Recuperação, até o presente momento, que possam se refletir em um questionamento razoável sobre a continuidade operacional da Companhia.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

AUGUSTO ALVES DOS REIS NETO
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente Financeiro
Diretor de Relação com investidores

ROBERTO GIARELLI
Diretor sem Designação Específica